

# **Companhia Industrial Cataguases e Controlada**

## **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis de 2015**

### **Objeto de Publicação**

## Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia Industrial Cataguases, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparado em conformidade com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e às práticas adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) aplicáveis às operações da Companhia.

## Mensagem da Administração/Presidência

O crescimento econômico global, segundo o relatório do Banco Mundial, foi menor do que o previsto em 2015, quando preços em declínio dos produtos básicos – assinalando fluxos de comércio e de capital – e episódios de volatilidade financeira drenaram a atividade econômica.

Um crescimento mais sólido no futuro dependerá do impulso contínuo nos países de alta renda, da estabilização dos preços dos produtos básicos e da transição gradual da China para um maior consumo e um modelo de crescimento baseado em serviços. Uma fraqueza simultânea na maioria dos mercados emergentes é uma preocupação no que diz respeito a alcançar os objetivos de redução da pobreza e prosperidade compartilhada, porque na última década esses países têm sido fortes contribuintes do crescimento global. Efeitos secundários dos principais mercados emergentes limitarão o crescimento nos países em desenvolvimento e representam uma ameaça a ganhos obtidos com dificuldade para tirar pessoas da pobreza, adverte o relatório.

Para o Setor Têxtil Brasileiro, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), o ano foi marcado por uma queda de 10% na produção de Vestuário em relação ao ano de 2014, e no seguimento têxtil que envolve a produção de tecido a queda foi de 14,5%. No cenário doméstico, a atividade econômica continuou em desaceleração. O PIB (BC) Brasileiro fechou 2015 com uma forte queda de 3,71%. A redução do ritmo de atividade vem impactando o mercado de trabalho. O desemprego, depois de atingir 4,3% em dezembro de 2014, se elevou para 6,9% em

## Resultados de 2015

---

dezembro de 2015. A inflação medida pelo IPCA atingiu 10,7% em 2015, ante 6,4% no ano anterior. A maior parte dessa aceleração foi decorrente do impacto dos preços administrados, que aumentaram 18,1% no período (ante 5,3% em 2014). Os preços livres também subiram mais em 2015 (8,5%, após 6,7% em 2014), refletindo a maior pressão da taxa de câmbio. O real desvalorizou-se frente ao dólar e terminou dezembro em R\$ 3,90/US\$, ante R\$ 2,66/US\$ ao fim do ano de 2014. As incertezas políticas e econômicas, bem como o rebaixamento do Brasil para grau especulativo pelas agências de risco Standard & Poor's, Fitch e Moody's afetaram fortemente o desempenho da economia Brasileira.

Este cenário adverso, com forte queda na demanda mostrou o quanto o modelo tradicional de negócios da companhia fica dependente do ciclo econômico. Para mitigar tais efeitos no futuro e tendo em vista a

perspectiva negativa para o próximo biênio quanto a retomada da atividade, a Companhia continua focando seus esforços no desenvolvimento de novos negócios que possam absorver sua produção de maneira indireta e igualmente aumentar o valor agregado em relação ao negócio tradicional. A Companhia também continua focada no aumento de sua participação no comércio externo, aproveitando a alta do dólar e também revendo modelos de gestão da produção e incorporando serviços para fazer frente às novas exigências do mercado externo. Continuamos a manter a atenção na proteção da margem operacional através de projetos de redução de custos, gestão da oferta de produtos e execução da sua estratégia comercial.

Neste cenário, o retorno sobre o Patrimônio Líquido ficou em -3,60% em 2015 (7,64% em 2014) com uma geração de caixa proveniente das atividades operacionais de R\$ 29.034 mil (R\$28.175 mil em 2014) apresentando um aumento de 3,05% e prejuízo líquido de R\$ 5.335 mil (lucro líquido de R\$ 11.429 mil em 2014).

### **I – Vendas**

As vendas físicas da Companhia em 2015 consolidaram 18.364 mil metros lineares de tecidos (21.817 mil em 2014) representando uma queda de -15,83%. Ambos os mercados, nacional e externo, apresentaram redução de vendas físicas em metros lineares, reflexo da conjuntura global e cenário macroeconômico brasileiro adverso.

## Resultados de 2015

---

### II - Produção

Frente à queda da demanda e a conseqüente necessidade de adequação dos estoques de produtos acabados a realidade do mercado, a Companhia reduziu a sua produção em 22,5% em 2015.

### III - Resultados

#### a) Receita Líquida de vendas:

A receita líquida alcançou R\$177.409 mil em 2015 (R\$193.874 mil em 2014), o que representou uma redução de 8,49%.

#### b) Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou em 2015 R\$143.147 mil (R\$ 147.846 mil em 2014), representando uma redução de 3,18% em função da redução dos volumes vendidos.

Os custos unitários por metro linear da Companhia registraram um aumento de 15,03% frente 2014, refletindo os impactos inflacionários dos insumos, alta do custo de energia elétrica, desvalorização do Real e a menor diluição dos custos fixos devido à redução da produção.

#### c) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

As despesas Comerciais, Gerais e Administrativas em 2015 somaram R\$ 36.959 mil (R\$ 36.811 mil em 2014) o que representa um crescimento de 0,40%.

#### d) Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$ 3.914 mil (R\$ 3.241 positivo mil em 2014), com uma redução de R\$ 7.155 mil, basicamente em virtude do impacto da variação cambial ao longo de 2015 na parcela da dívida em moeda estrangeira, que embora tenha provocado um efeito negativo nos balanços da empresa, devido ao regime de competência, não resultou em impactos no caixa uma vez que a dívida em moeda estrangeira tem prazo de pagamento distribuído ao longo dos próximos anos e será quitada com recursos oriundos da exportação neutralizando o efeito cambial no caixa ao longo deste período.

#### e) EBITDA e Resultado Líquido do Exercício

O EBITDA Ajustado do exercício de 2015 foi de R\$ 11.868 mil, 54,95%, menor em relação ao ano anterior que foi de R\$ 26.344 mil. O EBITDA ajustado é uma medição não contábil elaborada pela

## Resultados de 2015

Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras. O EBITDA ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias. A Companhia divulga o EBITDA ajustado porque utiliza esse indicador para medir o seu desempenho.

### Reconciliação do EBITDA

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(5.335)</b>	<b>11.429</b>
(+) IRPJ e CSLL	(2.183)	2.846
(-) Resultado financeiro	(3.914)	3.241
(+) Depreciação e Amortização	7.816	7.671
<b>EBITDA (Segundo a metodologia da Instrução CVM 527/12)</b>	<b>4.212</b>	<b>18.705</b>
(+) Efeitos líquidos IFRS	7.656	7.639
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>11.868</b>	<b>26.344</b>
<b>Margem Ebitda ajustado em relação à receita líquida</b>	<b>6,69%</b>	<b>13,90%</b>

O prejuízo líquido em 2015 foi de R\$ 5.335 mil frente a R\$ 11.429 mil de lucro líquido apurado em 2014.

### f) Endividamento

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Composição da Dívida Líquida		
Dívida de curto prazo (a)	37.337	40.294
Dívida de longo prazo (a)	41.484	42.019
<b>Dívida bruta</b>	<b>78.821</b>	<b>82.313</b>
Caixa e equivalente caixa (b)	30.052	35.014
Títulos e valores mobiliários - circulante (b)	4.269	8.762
<b>Dívida líquida (a-b)</b>	<b>44.500</b>	<b>38.537</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>144.882</b>	<b>151.460</b>
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	<b>11.868</b>	<b>26.344</b>

## Resultados de 2015

---

### **IV - Programa de Investimentos de Capital**

A Administração manteve projetos de investimentos para melhoria da competitividade, aplicando em 2015 recursos da ordem de R\$ 4.770 mil. Para o próximo exercício, além dos projetos aprovados em 2015 e não concluídos ou prorrogados para 2016, estão previstos novos investimentos da ordem de R\$ 5.920 mil, em projetos de melhoria de competitividade e manutenção da capacidade produtiva instalada, entre outros.

### **V - Gestão de Recursos Humanos**

Chegamos ao final de 2015 com 1.215 funcionários ativos. A Companhia oferece a seus funcionários benefícios diversos, dentre os quais destacamos: planos de assistência médica e odontológica, cesta básica, refeitório, seguro de vida e plano de aposentadoria complementar. A política de desenvolvimento de RH e treinamento da Companhia consiste em ações empresariais que visam ampliar, desenvolver e aperfeiçoar as habilidades do colaborador para seu crescimento profissional. A área de Recursos Humanos (RH) atua como parceiro estratégico no desenvolvimento de ações para suportar o desenvolvimento dos negócios.

### **VI - Instrução CVM 381/03**

Em atendimento à Instrução Nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos:

- 1) A Companhia Industrial Cataguases e sua controlada durante o exercício de 2015 não adquiriram serviços de seus Auditores Externos, a não ser aqueles estritamente relacionados com a análise e emissão de parecer em relação as suas Demonstrações Financeiras.
- 2) Em 2015, a Companhia contratou serviços de auditoria externa obrigatórios da empresa Ernst & Young no montante de R\$253,8 mil, que compreendem a revisão das informações trimestrais (ITRs) e auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (DFP).
- 3) A Companhia tem como política atender às restrições de serviços dos auditores independentes, ou seja, assegurar que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade pelos serviços prestados por auditores independentes, não relacionados à auditoria externa. Tal

independência é obtida pela prestação dos serviços por profissionais de áreas independentes da empresa de auditoria.

### **VII - Perspectivas**

No cenário global, entendemos que o fraco crescimento dos principais mercados emergentes pesará no crescimento global em 2016. No cenário doméstico, 2016 deverá ser um ano difícil, com muitas incertezas no quadro político e econômico Brasileiro. Entendemos que a economia seguirá desacelerada com o produto interno bruto em queda. A menor oferta de crédito aliada a inflação persistente terão impacto negativo direto sobre a renda disponível para consumo da população. Acreditamos que os investimentos das empresas sofrerão redução refletindo o aumento da taxa de juros e a baixa confiança dos empresários.

Entendemos que oportunidades aparecerão devido a desvalorização do Real ocorrida principalmente no último ano o que resultará em substituição das importações por produtos nacionais e aumento de competitividade da indústria nacional no cenário exportador, porém devido ao ciclo de venda que inclui desenvolvimento de coleções, recebimento de pedidos por parte dos clientes, produção e entrega, esperamos que os efeitos mais importantes na retomada dos negócios no mercado externo aconteça a partir de 2017.

### **VIII - Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia Industrial Cataguases em 2015; e confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para realização do nosso trabalho, garantindo a sustentabilidade e o crescimento da Companhia.

A todos, o nosso muito obrigado.

Cataguases (MG), 26 de fevereiro de 2016.

A Administração.

# Resultados de 2015



## Companhia Industrial Cataguases

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	<b>25.017</b>	28.130	<b>30.052</b>	35.014
Títulos e valores mobiliários	6	<b>4.269</b>	8.762	<b>4.269</b>	8.762
Contas a receber de clientes	7	<b>42.678</b>	39.316	<b>43.295</b>	40.106
Estoques	8	<b>61.101</b>	67.218	<b>61.278</b>	67.744
Impostos a recuperar	9	<b>5.054</b>	10.204	<b>5.054</b>	10.204
Partes relacionadas	18	<b>903</b>	763	<b>731</b>	591
Outros ativos	10	<b>2.341</b>	3.727	<b>2.393</b>	3.926
		<b>141.363</b>	158.120	<b>147.072</b>	166.347
Ativos de operações descontinuadas	29	-	-	<b>12</b>	18
Não circulante					
Contas a receber de clientes	7	-	-	-	592
Impostos a recuperar	9	<b>6.425</b>	6.367	<b>6.425</b>	6.367
Depósitos judiciais	21	<b>2.412</b>	2.556	<b>2.412</b>	2.556
Títulos e valores mobiliários	6	<b>2.992</b>	2.030	<b>2.992</b>	2.030
Partes relacionadas	18	<b>262</b>	266	-	-
Investimentos	11	<b>9.289</b>	11.652	<b>227</b>	175
Propriedade para investimentos	12	<b>600</b>	600	<b>3.600</b>	3.600
Imobilizado	13	<b>104.617</b>	107.636	<b>105.119</b>	107.636
Intangível	14	<b>1.631</b>	1.794	<b>1.631</b>	1.794
		<b>128.228</b>	132.901	<b>122.406</b>	124.750
		<b>269.591</b>	291.021	<b>269.490</b>	291.115



# Resultados de 2015



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	4.793	4.484	4.814	4.484
Salários e contribuições sociais		1.099	1.104	1.099	1.104
Empréstimos e financiamentos	17	37.337	40.294	37.337	40.294
Dividendos e juros sobre capital próprio		45	4.812	45	4.812
Obrigações tributárias	19	1.093	696	1.118	762
Participações empregados		-	1.348	-	1.348
Provisões diversas	20	4.431	5.338	4.431	5.338
Partes relacionadas	18	1.482	1.412	1.482	1.412
Outros passivos		1.291	3.063	1.291	3.063
		<b>51.571</b>	62.551	<b>51.617</b>	62.617
Passivos de operações descontinuadas	29	-	-	985	1.037
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	41.484	42.019	41.484	42.019
Obrigações tributárias	19	3.156	3.064	3.156	3.064
Provisões para riscos	21	11.445	12.012	11.445	12.012
Passivo fiscal diferido	16	13.288	15.974	13.298	15.974
Provisões diversas	20	2.623	2.932	2.623	2.932
		<b>71.996</b>	76.001	<b>72.006</b>	76.001
Patrimônio líquido	22				
Capital social		73.289	73.289	73.289	73.289
Ajuste de avaliação patrimonial		21.665	22.840	21.665	22.840
Reservas de lucros		51.070	56.340	51.070	56.340
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		<b>146.024</b>	152.469	<b>146.024</b>	152.469
Participação dos não controladores		-	-	(1.142)	(1.009)
		<b>146.024</b>	152.469	<b>144.882</b>	151.460
		<b>269.591</b>	291.021	<b>269.490</b>	291.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Resultados de 2015



## Companhia Industrial Cataguases

Demonstração dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
			Reclassificado		Reclassificado
Receita líquida	23	177.405	189.534	177.409	193.874
Custos das vendas	24	(143.147)	(143.719)	(143.147)	(147.846)
Lucro bruto		34.258	45.815	34.262	46.028
Receitas/(despesas)					
Despesas com vendas	24	(25.202)	(24.160)	(25.202)	(24.160)
Despesas administrativas	24	(11.694)	(12.554)	(11.757)	(12.651)
Outras receitas/(despesas)	25	(506)	2.313	(635)	2.012
Resultado antes das receitas(despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		(3.144)	11.414	(3.332)	11.229
Receita financeira		28.376	23.865	29.861	24.790
Despesa financeira		(33.774)	(21.548)	(33.775)	(21.549)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	26	(5.398)	2.317	(3.914)	3.241
Resultado de equivalência patrimonial		697	241	-	-
Resultado antes dos impostos operações continuadas		(7.845)	13.972	(7.246)	14.470
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	562	174	112	(226)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	2.081	(2.620)	2.071	(2.620)
Resultado líquido do exercício operações continuadas		(5.202)	11.526	(5.063)	11.624
Resultado líquido do exercício operações descontinuadas	29	-	-	(272)	(195)
Resultado líquido do exercício atribuído:		(5.202)	11.526	(5.335)	11.429
Participação dos acionistas controladores	28	(5.202)	11.526	(5.202)	11.526
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	(133)	(97)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(5.202)	11.526	(5.335)	11.429
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$		(35,80)	79,32		
Resultado por ação ordinária		(35,80)	76,96		
Resultado por ação preferencial		(35,80)	84,65		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Resultados de 2015



## Companhia Industrial Cataguases

Demonstração dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<b>(5.202)</b>	11.526	<b>(5.335)</b>	11.429
Atualização do passivo atuarial	<b>371</b>	(508)	<b>371</b>	(508)
Efeito fiscal sobre atualização do passivo atuarial	<b>(126)</b>	173	<b>(126)</b>	173
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<b>(4.957)</b>	11.191	<b>(5.090)</b>	11.094
Lucro(prejuízo) atribuível a:				
Acionistas não controladores	-	-	<b>(133)</b>	(97)
Acionistas controladores	<b>(4.957)</b>	11.191	<b>(4.957)</b>	11.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COMPANHIA INDUSTRIAL  
CATAGUASES®

## Resultados de 2015

### Companhia Industrial Cataguases

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Participação dos não controladores no patrimônio líquido da controladora	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido da controladora		Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	73.289	5.872	42.167	-	27.471	148.799	(912)	147.887
Dividendos não reclamados	-	-	11	-	-	11	-	11
Dividendos pagos	-	-	(2.000)	-	-	(2.000)	-	(2.000)
Reversão reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	344	(347)	(3)	-	(3)
Reversão de imposto diferido sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	83	83	-	83
Realização do custo atribuído	-	-	-	4.032	(4.032)	-	-	-
Atualização do passivo atuarial	-	-	-	-	(335)	(335)	-	(335)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.526	-	11.526	(97)	11.429
Destinações:								
Reserva Legal	-	576	-	(576)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.612)	-	(5.612)	-	(5.612)
Reserva de retenção de lucros	-	-	9.714	(9.714)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>73.289</b>	<b>6.448</b>	<b>49.892</b>	<b>-</b>	<b>22.840</b>	<b>152.469</b>	<b>(1.009)</b>	<b>151.460</b>
Dividendos não reclamados	-	-	12	-	-	12	-	12
Dividendos pagos	-	-	(1.500)	-	-	(1.500)	-	(1.500)
Realização do custo atribuído	-	-	-	1.420	(1.420)	-	-	-
Atualização do passivo atuarial	-	-	-	-	245	245	-	245
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.202)	-	(5.202)	(133)	(5.335)
Absorção de prejuízo	-	-	(3.782)	3.782	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>73.289</b>	<b>6.448</b>	<b>44.622</b>	<b>-</b>	<b>21.665</b>	<b>146.024</b>	<b>(1.142)</b>	<b>144.882</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Resultados de 2015



## Companhia Industrial Cataguases

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/15 a 31/12/15	01/01/14 a 31/12/14	01/01/15 a 31/12/15	01/01/14 a 31/12/14
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da tributação sobre o lucro	(7.845)	13.972	(7.246)	14.470
Resultado de operações descontinuadas	-	-	(272)	(195)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação	7.239	6.905	7.239	6.917
Amortização de ativos intangíveis	577	754	577	754
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.187	715	1.187	715
Atualização contingências	630	844	630	844
Despesas financeiras líquidas não realizadas	22.398	10.926	22.398	10.926
Resultado de equivalência patrimonial	(697)	(241)	-	-
Valor residual de ativos permanentes baixados	194	98	194	103
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(2.081)	2.620	(2.071)	2.620
Provisão para participação nos lucros	-	1.350	-	1.350
Outros	2.915	661	2.915	661
Aumento/diminuição de ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	(4.877)	8.306	(4.112)	6.924
Estoque	4.949	(4.207)	5.298	(4.094)
Impostos a recuperar	5.092	(2.153)	5.092	(2.153)
Depósitos judiciais	144	(1.069)	144	(1.069)
Partes relacionadas	(136)	360	(140)	360
Outros ativos	1.386	306	1.533	255
Ativos de operações descontinuadas	-	-	6	11
Aumento/diminuição de passivos operacionais				
Fornecedores	322	(2.900)	343	(2.899)
Imposto de renda e contribuição social pago	-	(6.467)	-	(6.467)
Imposto de renda e contribuição social	2.643	(2.446)	2.183	(2.846)
Obrigações tributárias	489	9.672	448	9.697
Provisões para contingências	(2.384)	(4.967)	(2.384)	(4.967)
Partes relacionadas	70	745	70	745
Outros passivos	(4.946)	(4.755)	(4.946)	(4.671)
Passivos de operações descontinuadas	-	-	(52)	184
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	27.269	29.029	29.034	28.175
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	3.531	(1.076)	3.531	(1.076)
Aquisições de investimento	(1)	(8)	(52)	(68)
Recebimento de dividendos	3.061	2.699	-	-
Aquisições de imobilizado	(4.338)	(8.513)	(4.840)	(8.513)
Baixa de reserva de reavaliação	-	(3)	-	(3)
Alienação de propriedade	-	-	-	4.206
Aquisição de intangível	(490)	(442)	(490)	(442)
Fluxo de caixa originado (usado) nas atividades de investimento	1.763	(7.343)	(1.851)	(5.896)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Empréstimos tomados	28.757	37.150	28.757	37.150
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(48.228)	(35.660)	(48.228)	(35.660)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(6.419)	(5.881)	(6.419)	(5.881)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.255)	(3.411)	(6.255)	(3.411)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	(32.145)	(7.802)	(32.145)	(7.802)
Aumento (reduções) em caixa e equivalente de caixa				
Caixa e equivalente de caixa no início do período	28.130	14.246	35.014	20.537
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	25.017	28.130	30.052	35.014
Aumento (reduções) em caixa e equivalente de caixa	(3.113)	13.884	(4.962)	14.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Resultados de 2015



## Companhia Industrial Cataguases

Demonstração do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/15 a 31/12/15	01/01/14 a 31/12/14	01/01/15 a 31/12/15	01/01/14 a 31/12/14
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços	<b>217.220</b>	236.841	<b>217.224</b>	241.345
Outras receitas	<b>4.111</b>	7.724	<b>4.111</b>	7.724
Descontos, abatimentos e devoluções	<b>(9.789)</b>	(13.370)	<b>(9.789)</b>	(13.370)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(1.240)</b>	(444)	<b>(1.240)</b>	(444)
	<b>210.302</b>	230.751	<b>210.306</b>	235.255
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos,				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(140.944)</b>	(152.879)	<b>(140.809)</b>	(157.466)
Valor adicionado bruto	<b>69.358</b>	77.872	<b>69.497</b>	77.789
Depreciação, amortização e exaustão	<b>(7.816)</b>	(7.659)	<b>(7.816)</b>	(7.671)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<b>61.542</b>	70.213	<b>61.681</b>	70.118
Resultado de equivalência patrimonial	<b>697</b>	241	-	-
Receitas financeiras	<b>28.376</b>	23.865	<b>29.416</b>	24.790
Valor adicionado total a distribuir	<b>90.615</b>	94.319	<b>91.097</b>	94.908
Distribuição do valor adicionado	<b>90.615</b>	94.319	<b>91.097</b>	94.908
Pessoal	<b>48.977</b>	43.746	<b>48.977</b>	43.746
Impostos, taxas e contribuições	<b>11.401</b>	13.458	<b>11.882</b>	14.046
Remuneração de capitais de terceiros	<b>33.774</b>	21.548	<b>33.775</b>	21.549
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	5.612	-	5.612
Lucros retidos	<b>(3.537)</b>	9.955	<b>(3.537)</b>	9.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais

A Companhia Industrial Cataguases (“Companhia”) constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com a sede social localizada na Praça José Inácio Peixoto, nº 28, bairro Vila Tereza – Cataguases – MG, tem por atividade principal a fabricação, comércio, importação e exportação de fios e tecidos, de matérias primas e produtos intermediários, têxteis, bem como a fabricação, a comercialização, a importação e a exportação de confeccionados em geral.

A Sociedade controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações (“Domínio” ou “Controlada”), constituída em 22 de setembro de 1998, cujo capital social foi totalmente integralizado em imóveis de natureza residencial, tem como objetivo a corretagem, a administração, a locação, a compra, a venda e a incorporação de bens imóveis.

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

#### a) Declaração de conformidade

##### i) *Demonstrações contábeis consolidadas*

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

##### ii) *Demonstrações contábeis individuais da controladora*

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2016.

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis -- Continuação

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações relativas a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 21 - Provisões para riscos
- Nota 07 - Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes
- Nota 08 - Provisão para perda estoques

d) Reclassificação de contas

A provisão de risco em ações trabalhistas do ano de 2014 está sendo reclassificada das linhas de Custos das Vendas, Despesas com vendas e Despesas administrativas para linha de Outras receitas/(despesas), para melhor comparabilidade com o ano de 2015.



## 3. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

### a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o pronunciamento técnico – CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	Percentagem de participação	
	31/12/2015	31/12/2014
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	99,98%	99,98%

As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intra-grupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intra-grupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período é atribuído aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

### b) Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

## 3. Políticas contábeis -- Continuação

### b) Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)--Continuação

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

### c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### d) Capital Social

#### Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

### e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### f) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas movimento junto às instituições contábeis, resgatáveis em até 90 dias, nas datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### g) Imobilizado

#### i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 e avaliação a valor justo em 01/01/2009.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### g) Imobilizado--Continuação

#### iii) *Depreciação*--Continuação

A Administração efetuou a revisão da vida útil dos seus bens e, baseado em laudo técnico, efetuou o ajuste da depreciação conforme novas taxas de forma prospectiva . As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	<u>2015 e 2014</u>
Edificações	20,0
Máquinas e equipamentos	16,4
Instalações	18,5
Móveis e utensílios	10 e 5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

### i) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### i) Arrendamentos mercantis--Continuação

Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

### j) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

### k) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

#### i) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2015.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### k) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)--Continuação

#### ii) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

### l) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia. A companhia possui plano de benefício definido que é um plano de benefício pós-emprego sob o qual efetua o pagamento fixo diretamente a seus empregados e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva adicional.

A Companhia concede, abono de aposentadoria a ser pago conforme acordo coletivo de trabalho aos empregados contratados até 31 de dezembro de 2014 e que vier se desligar por motivo de aposentadoria, seja especial ou por tempo de serviço.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

### n) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

### o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações financeiras individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.



## 3. Políticas contábeis--Continuação

### p) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2015 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

### r) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### s) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

### t) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

### u) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 – Subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### v) Instrumentos financeiros

#### Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

#### Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### v) Instrumentos financeiros--Continuação

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

#### Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

#### Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### v) Instrumentos financeiros--Continuação

#### Passivos financeiros não derivativos--Continuação

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## 4. Pronunciamentos novos ou revisados

### 4.1. Pronunciamentos novos ou revisados em vigor em 31 de dezembro de 2015 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia

A alteração das normas descritas a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015, entretanto, não teve impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

- Alterações na IAS 19 - Plano de Benefícios Definidos: Contribuições por Parte do Empregado - o propósito destas alterações é simplificar o tratamento contábil para as contribuições por empregados ou terceiros que não são determinados com base no ano de serviço, tais como contribuições de funcionários calculados de acordo com uma percentagem fixa do salário;
- Melhorias Anuais – ciclo 2010-2012 - conjunto de melhorias que alteraram as seguintes normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IAS 16 e IAS 24;
- Melhorias Anuais – ciclo 2011-2013 - conjunto de melhorias que alteraram as seguintes normas: IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

## 4. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

### 4.2. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

- IFRS 9: Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases: Fase 1 – Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Este introduz um enfoque lógico para a classificação dos ativos financeiros de acordo com as características de fluxo de caixa e do modelo de negócios. Esse novo modelo também resulta em um único modelo de impairment sendo aplicado para toda a demonstração financeira. Fase 2 – Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”). O objetivo deste é o reconhecimento das esperadas perdas de valor de forma tempestiva. A norma requer que as entidades registrem contabilmente as perdas esperadas a partir do momento em que os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras. Fase 3 – Contabilidade de Hedge. Este estabelece um novo modelo visando refletir um melhor alinhamento entre a contabilidade de hedge e as atividades de gerenciamento de riscos. Inclui também aprimoramentos nas divulgações requeridas. Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma. Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2018.
- Alterações no IFRS 11: Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias: As alterações à IFRS 11 define que as normas contábeis contidas no IFRS 3 e outras normas pertinentes a contabilização de combinações de negócios devem ser aplicadas para a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio. Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2016.
- IFRS 13 – Mensuração do valor justo - A alteração se aplica prospectivamente e esclarece as exceções de escopo da IFRS 13, quais sejam:

Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 13;

Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras de acordo em conjunto em si.;

- IAS 40 – Propriedade para investimento – A descrição de serviços auxiliares na IAS 40 estabelece a diferença entre propriedade para investimento e propriedade ocupada pelo

## 4. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

### 4.2. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2015-- Continuação

proprietário (ou seja, ativo imobilizado). A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que a IFRS 3, e não a descrição de serviços auxiliares na IAS 40, é utilizada para determinar se a transação é a compra de um ativo ou uma combinação de negócios.

- IFRS 15: Receita de contratos com clientes: Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31). Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2018.
- Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização: As alterações ao IAS 16 proíbe o uso do método baseado na receita de depreciação para imobilizado. A alteração ao IAS 38 introduz a presunção refutável de que, para os ativos intangíveis, o método de amortização baseado nas receitas é inadequado e estabelece duas exceções limitadas. Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2016.
- Melhorias Anuais - Ciclo 2012-2014: Conjunto de melhorias que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2016.
- Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto: A alteração corrige a inconsistência entre o IFRS 10 e o IAS 28, referente ao tratamento contábil da venda ou contribuições de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto. Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2016.
- Alterações na IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas: Esta melhoria permite que as entidades passem a usar o método da equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações financeiras separadas. O objetivo da melhoria é minimizar os custos associados com o cumprimento com o IFRS, em particular para aquelas entidades que aplicam IFRS pela primeira vez, sem reduzir a informação disponível para os investidores. Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2016.

## 4. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

### 4.2. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2015-- Continuação

- Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação: O IASB emitiu alterações ao IAS 1, como parte da iniciativa principal de esclarecer a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. Essas alterações destinam-se as companhias que aplicam julgamento profissional para determinar que tipo informação devem ser divulgada nas demonstrações financeiras. Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2016.
- Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação: As modificações, que tem um escopo restrito, introduzem clarificações aos requerimentos para as contabilizações dos investimentos nas entidades. As alterações também visam em algumas circunstâncias reduzir os impactos das aplicações da norma.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essa alteração tenha um efeito relevante sobre as Demonstrações Contábeis a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos	<b>19.213</b>	14.563	<b>19.241</b>	14.781
Aplicações Financeiras	<b>5.804</b>	13.567	<b>10.811</b>	20.233
	<b>25.017</b>	28.130	<b>30.052</b>	35.014

As aplicações financeiras possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se, substancialmente a operações compromissadas lastreadas em debêntures e Certificado de Depósito Bancário ("CDB"), remunerados à taxa média de 102,24% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").



## 6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Títulos e valores mobiliários	<b>7.261</b>	10.792	<b>7.261</b>	10.792
Circulante	<b>4.269</b>	8.762	<b>4.269</b>	8.762
Não Circulante	<b>2.992</b>	2.030	<b>2.992</b>	2.030

Referem, substancialmente a Certificado de Depósito Bancário (“CDB”) e Fundos de Renda Fixa remunerados à taxa média de 102,20% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

## 7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mercado interno	<b>41.978</b>	37.666	<b>42.595</b>	39.048
Mercado externo	<b>7.638</b>	7.073	<b>7.638</b>	7.073
	<b>49.616</b>	44.739	<b>50.233</b>	46.121
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<b>(5.711)</b>	(4.471)	<b>(5.711)</b>	(4.471)
Ajuste a valor presente	<b>(1.227)</b>	(952)	<b>(1.227)</b>	(952)
	<b>42.678</b>	39.316	<b>43.295</b>	40.698
Circulante	<b>42.678</b>	39.316	<b>43.295</b>	40.106
Não Circulante	-	-	-	592

O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 90 dias sendo descontado na mesma taxa das operações. Foi utilizada a taxa média de desconto de 1,89% ao mês para o mercado interno e 1,09% para o mercado externo, que correspondem às taxas efetivas repassadas nas operações a prazo.

Movimentação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.471	1.991	(751)	<b>5.711</b>
	<b>4.471</b>	<b>1.991</b>	<b>(751)</b>	<b>5.711</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos há mais de 90 dias.

## 7. Contas a receber de clientes--Continuação

Os valores a receber por vencimento estão detalhados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Duplicatas a vencer	<b>42.201</b>	37.505	<b>42.818</b>	38.887
Duplicatas vencidas				
De 1 a 30 dias	<b>859</b>	1.632	<b>859</b>	1.632
De 31 a 60 dias	<b>588</b>	411	<b>588</b>	411
De 61 a 90 dias	<b>211</b>	458	<b>211</b>	458
Acima de 90 dias	<b>5.757</b>	4.733	<b>5.757</b>	4.733
	<b>49.616</b>	44.739	<b>50.233</b>	46.121

## 8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	<b>22.132</b>	20.429	<b>22.309</b>	20.955
Produtos em processamento	<b>17.617</b>	21.959	<b>17.617</b>	21.959
Matérias primas	<b>20.608</b>	22.105	<b>20.608</b>	22.105
Almoxarifado	<b>4.040</b>	4.853	<b>4.040</b>	4.853
	<b>64.397</b>	69.346	<b>64.574</b>	69.872
Provisão para perdas de estoque	<b>(3.296)</b>	(2.128)	<b>(3.296)</b>	(2.128)
	<b>61.101</b>	67.218	<b>61.278</b>	67.744

Determinados itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade foram objetos de constituição de provisão.

Movimentação da provisão para perda de estoque:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2015
Provisão para perda de estoque	2.128	3.030	(1.862)	<b>3.296</b>
	2.128	3.030	(1.862)	<b>3.296</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante reconhecido como despesa foi de R\$ 1.168 (R\$ 780 em 2014).

## 9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IR/CS corrente	858	4.729	858	4.729
IR/CS parcelamento Paex	2.400	2.320	2.400	2.320
IR/CS diferença de depreciação fiscal e contábil (2010 a 2013)	2.044	3.705	2.044	3.705
ICMS	3.675	3.892	3.675	3.892
PIS	420	327	420	327
COFINS	1.952	1.504	1.952	1.504
INSS	42	13	42	13
Outros impostos	88	81	88	81
	<b>11.479</b>	<b>16.571</b>	<b>11.479</b>	<b>16.571</b>
Circulante	5.054	10.204	5.054	10.204
Não circulante	6.425	6.367	6.425	6.367

## 10. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento a despachantes aduaneiros	20	75	20	75
Despesas antecipadas	288	262	288	262
Crédito de ICMS negociado	-	217	-	217
Adiantamento à funcionários (i)	1.365	1.367	1.365	1.367
Venda de direito correção monetária - UP s	-	319	-	319
Cessão de crédito de energia (ii)	530	1.385	530	1.385
Outros	138	102	190	301
	<b>2.341</b>	<b>3.727</b>	<b>2.393</b>	<b>3.926</b>

(i) Refere-se basicamente a adiantamento de férias (R\$ 1.131 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 1.182 em 31 de dezembro de 2014).

(ii) Refere-se a contas a receber decorrente de cessão de excedente de energia elétrica.

## 11. Investimentos (Controladora)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Avaliados ao custo	93	92	227	175
Avaliados pela equivalência patrimonial	9.196	11.560	-	-
	<b>9.289</b>	<b>11.652</b>	<b>227</b>	<b>175</b>

## 11. Investimentos (Controladora)--Continuação

### a) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

O saldo referente ao investimento pelo método de equivalência patrimonial refere-se em sua totalidade a quotas de capital da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Quotas possuídas-Domínio Imobiliária	<b>7.958.846</b>	10.626.795
Patrimônio Líquido	<b>9.197</b>	11.562
Lucro líquido do exercício	<b>697</b>	241
% de participação	<b>99,98</b>	99,98

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Domínio Imobiliária		
Ativo	<b>10.706</b>	12.951
Passivo	<b>1.509</b>	1.389
Patrimônio líquido	<b>9.197</b>	11.562
Receita líquida	<b>4</b>	4.340
Lucro líquido	<b>697</b>	241

### b) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial – Controlada indireta

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 constituiu participação de 51% da Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, depois de analisar a operação da referida sociedade sob os aspectos societário, estratégico e financeiro deliberou, por unanimidade, descontinuar a operação, em razão de: (i) dificuldades na obtenção de informações mercadológicas, de planejamento, estratégia de produto e vendas e outras gerenciais sobre o negócio; (ii) desalinhamento estratégico; (iii) ausência de plano de negócios; (iv) utilização do nome e credibilidade da Companhia no negócio, sem a obtenção de contrapartida satisfatória; e (v) vício formal de sua constituição. Atualmente estão sendo tomadas providências pela nova diretoria, atendendo determinação do Conselho de Administração, para encerramento da mesma nos órgãos federais, estaduais, municipais, previdenciários e junta comercial.

	<u>31/12/2015</u>
Quotas possuídas – Caporena	<b>5.100</b>
Patrimônio líquido	<b>(2.335)</b>
Prejuízo no período	<b>(272)</b>
% de participação	<b>51</b>

## 11. Investimentos (Controladora)--Continuação

### c) Movimentação dos investimentos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>11.652</b>	14.019
Resultado de equivalência patrimonial	<b>697</b>	241
Redução de capital	<b>(3.061)</b>	-
Dividendos pagos	-	(2.699)
Reversão imposto diferido sobre reserva de reavaliação reflexa	-	83
Integralização de capital por distribuição de Sobras	<b>1</b>	<b>8</b>
<b>Saldo final</b>	<b>9.289</b>	11.652

## 12. Propriedade para investimentos

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imóveis (b)	<b>600</b>	600
	<b>600</b>	600
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Terrenos (a)	<b>3.000</b>	3.000
Imóveis (b)	<b>600</b>	600
	<b>3.600</b>	3.600

- a) Refere-se a um terreno da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda, localizado no bairro Menezes, que possui valor justo de R\$ 3.000.
- b) Refere-se a imóvel adquirido que teve sua propriedade consolidada em nome da Companhia, na forma do artigo 27, parágrafo 6º da Lei 9514/97 em 21 de junho de 2010, em decorrência do não cumprimento do contrato de confissão de dívida com alienação fiduciária do imóvel em referência, celebrado via escritura pública com o devedor da Companhia. O referido imóvel foi arrendado em 2010, a receita reconhecida no resultado no período findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 37 (R\$ 36 no período findo em 31 de dezembro de 2014). O seu valor justo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 826 (R\$ 800 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia avaliou o valor justo do imóvel e dos terrenos e considera que os valores apresentados, ou seja, o valor contábil está próximo do valor justo e não há necessidade de atribuir novo valor de custo.

### 13. Imobilizado

	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134	-	5.134	5.134	-	5.134
Edificações	38.030	(13.755)	24.275	34.603	(11.952)	22.651
Máquinas e equipamentos	170.670	(115.641)	55.029	167.398	(113.070)	54.328
Instalações	21.419	(8.244)	13.175	19.669	(7.633)	12.036
Móveis e utensílios	9.578	(7.223)	2.355	9.163	(6.604)	2.559
Veículos	3.774	(3.276)	498	3.734	(2.822)	912
Reflorestamento	23	(1)	22	-	-	-
Imobilizado em formação	4.129	-	4.129	10.016	-	10.016
	<b>252.757</b>	<b>(148.140)</b>	<b>104.617</b>	<b>249.717</b>	<b>(142.081)</b>	<b>107.636</b>

  

	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134	-	5.134	5.134	-	5.134
Edificações	38.378	(13.755)	24.623	34.603	(11.952)	22.651
Máquinas e equipamentos	170.670	(115.641)	55.029	167.398	(113.070)	54.328
Instalações	21.419	(8.244)	13.175	19.669	(7.633)	12.036
Móveis e utensílios	9.578	(7.223)	2.355	9.163	(6.604)	2.559
Veículos	3.774	(3.276)	498	3.734	(2.822)	912
Reflorestamento	23	(1)	22	-	-	-
Imobilizado em formação	4.283	-	4.283	10.016	-	10.016
	<b>253.259</b>	<b>(148.140)</b>	<b>105.119</b>	<b>249.717</b>	<b>(142.081)</b>	<b>107.636</b>

### 13. Imobilizado--Continuação

Movimentação do ativo imobilizado conforme demonstrada nos quadros abaixo:

	Controladora					31/12/2015
	31/12/2014	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	22.651	-	(1.803)	-	3.427	24.275
Máquinas e equipamentos	54.328	115	(3.682)	(96)	4.364	55.029
Instalações	12.036	5	(612)	-	1.746	13.175
Móveis e utensílios	2.559	371	(647)	(19)	91	2.355
Veículos	912	-	(494)	-	80	498
Reflorestamento	-	-	(1)	-	23	22
Imobilizado em formação	10.016	3.847	-	(3)	(9.731)	4.129
	107.636	4.338	(7.239)	(118)	-	104.617

	Consolidado					31/12/2015
	31/12/2014	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	22.651	348	(1.803)	-	3.427	24.623
Máquinas e equipamentos	54.328	115	(3.682)	(96)	4.364	55.029
Instalações	12.036	5	(612)	-	1.746	13.175
Móveis e utensílios	2.559	371	(647)	(19)	91	2.355
Veículos	912	-	(494)	-	80	498
Reflorestamento	-	-	(1)	-	23	22
Imobilizado em formação	10.016	4.001	-	(3)	(9.731)	4.283
	107.636	4.840	(7.239)	(118)	-	105.119

### 13. Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia, através de seu corpo técnico, avaliou a necessidade de impairment e revisou a vida útil remanescente do seu ativo imobilizado. Não foram identificadas evidências de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável, bem como necessidade de alteração do plano de depreciação.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui R\$ 1.395 de terrenos e R\$ 6.289 de imóveis dados em garantia a empréstimos.

### 14. Intangível

		Controladora e Consolidado					
		31/12/2015			31/12/2014		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software		9.088	(7.765)	1.323	8.577	(7.188)	1.389
Intangível em formação		308	-	308	405	-	405
		<b>9.396</b>	<b>(7.765)</b>	<b>1.631</b>	<b>8.982</b>	<b>(7.188)</b>	<b>1.794</b>

Movimentação do ativo intangível conforme demonstrada nos quadros abaixo:

		Controladora e Consolidado						
		Taxa de amortização (%)	31/12/2014	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	31/12/2015
Software		20	1.389	123	(577)	(2)	390	1.323
Intangível em formação			405	367	-	(74)	(390)	308
			1.794	490	(577)	(76)	-	1.631

O intangível da Companhia está composto de softwares e dos gastos necessários à sua implantação.



## 15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mercado interno	4.848	4.513	4.869	4.513
Mercado externo	-	13	-	13
	<b>4.848</b>	<b>4.526</b>	<b>4.869</b>	<b>4.526</b>
Ajuste a valor presente	(55)	(42)	(55)	(42)
	<b>4.793</b>	<b>4.484</b>	<b>4.814</b>	<b>4.484</b>

A Companhia opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 20 dias.

O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 20 dias sendo descontado à taxa de 1,29% ao mês, que corresponde à taxa efetiva repassada nas operações a prazo.

## 16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

### a) Composição dos tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativos fiscais diferidos</b>				
Provisão para contingências	445	894	445	894
Provisão para perdas ativos	2.711	2.066	2.711	2.066
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa CSLL	1.404	28	1.404	28
Outras	1.852	1.941	1.852	1.941
	<b>6.412</b>	<b>4.929</b>	<b>6.412</b>	<b>4.929</b>
<b>Passivos fiscais diferidos</b>				
Avaliação valor justo	5.498	5.947	5.498	5.947
Custo atribuído - outros	5.787	6.069	5.797	6.069
Diferença de depreciação fiscal – contábil (i)	8.415	8.887	8.415	8.887
	<b>19.700</b>	<b>20.903</b>	<b>19.710</b>	<b>20.903</b>
<b>Efeito líquido</b>	<b>13.288</b>	<b>15.974</b>	<b>13.298</b>	<b>15.974</b>

(i) Refere-se a IRPJ e CSLL diferidos sobre a diferença entre os encargos de depreciação calculados com base nas taxas previstas em atos normativos da Receita Federal do Brasil (RFB) e aqueles apurados no resultado contábil.

## 16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### a) Composição dos tributos diferidos--Continuação

A Administração em conformidade com a Instrução CVM 371/2002, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os tributos diferidos registrados serão integralmente realizados em até três exercícios. A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	3.698	-	3.698
2016	2.253	286	2.253	286
2017	2.643	143	2.643	143
2018	976	802	976	802
2019	540	-	540	-
	<b>6.412</b>	4.929	<b>6.412</b>	4.929

### b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.845)	13.972	(7.246)	14.470
Imposto de renda e contribuição social apurados com base nas alíquotas nominais – 34%	2.667	(4.637)	2.464	(4.806)
Equivalência Patrimonial	237	82	-	-
Incentivo Cultural	-	38	-	45
Juros sobre capital próprio	-	1.908	-	1.908
Doações Instituto Francisca de Souza Peixoto	(141)	(118)	(141)	(113)
Reversão de juros e multa parcelamento Leis 11.941/2009, 12.865/2013 e 12.996/2014	-	362	-	362
Outros	(120)	32	(140)	(128)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - corrente	562	174	112	(226)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício-diferido	2.081	(2.620)	2.071	(2.620)
Alíquota efetiva (%)	33,69%	17,94%	30,13%	20,13%

## 16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social--Continuação

No dia 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973 (conversão da MP 627/2013) que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; (ii) estabelece ajustes às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, do PIS e da COFINS, por força de modificação ou da adoção de novos métodos e critérios contábeis estabelecidos pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

Com a nova lei, a legislação tributária estará alinhada à legislação societária e às normas contábeis internacionais, eliminando o conceito da dupla contabilidade. É opção da Companhia a adoção dos efeitos instituídos pela lei em 2014, sendo obrigatória sua adoção a partir de 2015.

A Companhia não efetuou a opção antecipada para 2014 adotando os novos critérios a partir de 2015 e considera que os ajustes não serão relevantes em suas Demonstrações Contábeis.

## 17. Empréstimos e financiamentos

Controladora e Consolidado					
	Moeda	Taxa de juros a.a	Venc.	31/12/2015	31/12/2014
FINIMP	EUR	Euribor (Sem) com juros de até 3,45%	2016	358	2.544
FINIMP	USD	Libor (Sem) com juros de até 3,05%	2016	1.472	2.505
Pré pagamento	USD	Libor (Trim e Sem) com juros de até 5,1%	2016	6.311	15.332
NCE	USD	4,6% a 5,23%	2019	31.747	17.875
CCE/NCE	R\$	CDI + juros de 2% a 3,5%	2019	33.314	25.993
FGPP	R\$	10,5%	2016	1.949	11.642
BNDES EXIM	R\$	8%	2015	-	2.509
BNDES REVITALIZA	R\$	7% (bônus de adimplência de 20% s/ juros)	2016	250	1.251
BNDES FINAME	R\$	Juros de até 6%	2021	3.420	2.662
				<b>78.821</b>	<b>82.313</b>
				<b>37.337</b>	40.294
				<b>41.484</b>	42.019

A Companhia possui quatro contratos de empréstimo com cláusula restritiva, os quais foram cumpridos ou formalizados perdão por instituições financeiras no exercício de 2015, não sendo executada nenhuma sanção.

## 17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	18.621
2017	25.241	12.902
2018	10.982	6.634
2019	4.295	3.091
2020	488	387
2021	478	384
	<b>41.484</b>	<b>42.019</b>

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram oferecidos os seguintes ativos:

	31/12/2015	31/12/2014
Hipoteca de Imóveis	29.069	36.337
Duplicatas a receber de clientes caucionadas	24.351	23.459
Estoques	10.916	14.540
Imobilizado	3.929	3.684
Aplicação Financeira	2.232	-
Aval de membros da administração	-	31
	<b>70.497</b>	<b>78.051</b>

A movimentação dos empréstimos está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado						
	31/12/2014	Adições	Pagamento de Principal	Despesa de juros	Pagamento de juros	Variação cambial	31/12/2015
FINIMP	2.544	-	(2.548)	62	(80)	380	358
FINIMP	2.505	-	(1.948)	98	(117)	934	1.472
Pré pagamento	15.332	-	(12.660)	516	(674)	3.797	6.311
NCE	17.875	7.000	(3.369)	1.287	(1.338)	10.292	31.747
CCE/NCE	25.993	14.000	(7.536)	4.156	(3.299)	-	33.314
FGPP	11.642	6.950	(16.615)	634	(662)	-	1.949
BNDES EXIM	2.509	-	(2.500)	73	(82)	-	-
BNDES REVITALIZA	1.251	-	(999)	41	(43)	-	250
BNDES FINAME	2.662	807	(53)	128	(124)	-	3.420
	<b>82.313</b>	<b>28.757</b>	<b>(48.228)</b>	<b>6.995</b>	<b>(6.419)</b>	<b>15.403</b>	<b>78.821</b>

## 18. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controlada, acionistas e empresas que possuem relacionamentos com os membros da administração.

		Moeda	Controladora		Consolidado	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>						
Circulante						
Catexil Comercio e Representações Textéis Ltda	(a)	Real	184	445	184	445
Bip Comércio de Tecidos Acess. Vestuário e Conf.	(a)	Real	94	146	94	146
Peixoto de Mattos Comércio de Textéis	(a)	Real	453	-	453	-
Caporena Comércio de Camisas Ltda	(a)	Real	172	172	-	-
			<b>903</b>	<b>763</b>	<b>731</b>	<b>591</b>
Não circulante						
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda	(d)	Real	262	266	-	-
			<b>262</b>	<b>266</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>						
Circulante						
Acionistas controladores	(c)	Real	-	47	-	47
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	28	26	28	26
Catriz Agroindustrial Ltda	(a)	Real	34	36	34	36
Energisa S/A	(b)	Real	981	813	981	813
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A.	(b)	Real	412	474	412	474
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(a)	Real	27	16	27	16
			<b>1.482</b>	<b>1.412</b>	<b>1.482</b>	<b>1.412</b>

		Moeda	Controladora		Consolidado	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Resultado operacional</b>						
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	(278)	(387)	(278)	(387)
Bip Comércio de Tecidos Acess. Vestuário e Conf.	(a)	Real	597	575	597	575
Brim Jeans Com. Import. Têxteis Ltda	(a)	Real	1	8	1	8
Catexil Comercio e Representações Textéis Ltda	(a)	Real	773	2.017	773	2.017
Peixoto de Mattos Comércio de Textéis	(a)	Real	1.778	-	1.778	-
Catriz Agroindustrial Ltda	(a)	Real	(334)	(359)	(334)	(359)
Energisa S/A	(b)	Real	(12.692)	(10.019)	(12.692)	(10.019)
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A.	(b)	Real	(3.668)	(5.944)	(3.668)	(5.944)
Ferreira Cardoso Vasconcelos Teodoro Advogados	(e)	Real	(23)	(47)	(23)	(47)
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(a)	Real	(222)	(222)	(222)	(222)

## 18. Partes relacionadas--Continuação

- (a) Refere-se a operações de venda de mercadorias conforme estabelecido em tabela de preço, e contrato de representação comercial ao percentual de 3% nas vendas para atacadista, 3,5% para confeccionista, 2% para clientes "decisão", considerados lojistas, detentores de marcas e grifes que realizam negócios com a Companhia, e se utilizam de serviços de terceiros para fabricação de seus produtos, 1,5% para clientes "compra", considerados aqueles que prestam serviço de fabricação aos clientes decisão e contra os quais são faturadas as mercadorias definidas por estes últimos nas vendas conjugadas e 6% para a 1ª e 2ª venda a novos clientes;
- (b) Refere-se à compra de energia elétrica, suportado por contrato;
- (c) Créditos retidos de acionistas para amortização de pagamento de seguro saúde efetuados pela Companhia;
- (d) Refere-se a mútuo a controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. com a taxa de 1% ao mês;
- (e) Refere-se a valores referentes a acompanhamento de processo e serviços eventuais de consultoria tributária;

### Remuneração dos administradores

Foram fixados pela AGO/E realizada em 28 de abril de 2015, a remuneração anual e global dos administradores da Companhia a vigorar de maio de 2015 a abril de 2016 em até R\$5.000 (em até R\$6.500 no período de maio de 2014 a abril de 2015).

Órgão	Nº de Membros	Honorários	Remuneração Variável	Previdência Privada	Assist. Médica
<b>Consolidado e controladora em 31/12/2014</b>					
Conselho de Administração	5	548	-	-	-
Conselho Fiscal	5	268	-	-	-
Diretoria	3	1.633	483	180	123
	<b>13</b>	<b>2.449</b>	<b>483</b>	<b>180</b>	<b>123</b>
<b>Consolidado e controladora em 31/12/2015</b>					
Conselho de Administração	5	588	-	-	-
Conselho Fiscal	5	285	-	-	-
Diretoria	3	1.657	27	103	104
	<b>13</b>	<b>2.530</b>	<b>27</b>	<b>103</b>	<b>104</b>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

## 19. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ/CSLL	-	-	22	66
Contrib. Previd. s/ receita	235	74	235	74
ICMS	44	76	44	76
PIS	48	51	48	51
COFINS	221	236	221	236
CIDE s/remessas externas	261	-	261	-
Outros tributos a recolher	30	30	33	30
Parcelamentos				
IRPJ/CSLL	490	426	490	426
PIS	19	67	19	67
INSS (i)	2.675	2.583	2.675	2.583
Outros	226	217	226	217
	<b>4.249</b>	<b>3.760</b>	<b>4.274</b>	<b>3.826</b>
Circulante	1.093	696	1.118	762
Não circulante	3.156	3.064	3.156	3.064

- (i) Parcelamento com base na Lei 12.865/13 e Lei 12.996/14, referente Auto de Infração INSS que discutia sobre a irregularidade na apuração e recolhimento das verbas previdenciárias sobre assistência médica, seguro de vida, cartão de crédito corporativo e vínculo empregatício e glosa de compensação de dezembro/2002 a fevereiro/2003 de contribuição previdenciária sobre a remuneração paga aos segurados prestadores de serviço.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	229
2017	258	229
2018	258	229
2019	258	229
2020 e demais anos	2.382	2.148
	<b>3.156</b>	<b>3.064</b>

## 20. Provisões diversas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisões com pessoal	3.258	3.470	3.258	3.470
Provisão prêmio aposentadoria	2.632	2.932	2.632	2.932
Comissões a agentes mercado externo	647	723	647	723
Comissões a representantes mercado interno	517	1.145	517	1.145
	<b>7.054</b>	<b>8.270</b>	<b>7.054</b>	<b>8.270</b>
Circulante	4.431	5.338	4.431	5.338
Não Circulante	2.623	2.932	2.623	2.932

## 20. Provisões diversas -- Continuação

### a) Benefícios pós-emprego

A avaliação atuarial referente à mensuração do compromisso atribuído à Companhia Industrial Cataguases, está relacionado a provisão para prêmio aposentadoria, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 33 R1, aprovado pela Deliberação CVM 695/2012, que trata da contabilização de Benefícios a Empregados.

A Companhia Industrial Cataguases, firmou Acordo Coletivo de Trabalho que estabelece na cláusula 10ª o pagamento de um abono de Aposentadoria nas seguintes condições:

Será concedido, exclusivamente ao empregado que vier a se desligar das empresas, por motivo de aposentadoria, seja especial, seja por tempo de serviço um prêmio equivalente ao valor de seu salário nominal multiplicado pelo coeficiente correspondente ao número de anos trabalhados.

O prêmio definido será equivalente a 10 (dez) salários nominais quando o empregado contar com o tempo ininterrupto de serviço prestado às mesmas empresas equivalente a: 25 (vinte e cinco) anos, em caso de aposentadoria especial; 30 (trinta) anos, em caso de empregada, com aposentadoria por tempo de serviço e c) (trinta e cinco) anos, em caso de empregado com aposentadoria por tempo de serviço.

Composição e movimentação dos saldos do plano de benefício definido:

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Conciliação da obrigação de benefício definido</b>		
Obrigação de Benefício Definido no início do ano	2.932	2.735
Custo do serviço corrente (parte patronal)	113	98
Custo dos juros	260	247
Benefícios pagos	(302)	(656)
(Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	(371)	508
<i>Mudanças de premissas financeiras</i>	(345)	27
<i>Ajustes de experiência</i>	(26)	481
Obrigação de Benefício Definido no final do ano	2.632	2.932
<b>Montantes reconhecidos na demonstração de resultados</b>		
Custo do serviço corrente (parte patronal)	113	98
Custo líquido dos juros	260	247
Custo do benefício pós-emprego no período	373	345
<b>Montantes reconhecidos no balanço</b>		
Valor presente das obrigações não fundeadas	(2.632)	(2.932)
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(2.632)	(2.932)
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(2.632)	(2.932)



## 20. Provisões diversas – Continuação

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Premissas adotadas (final do ano)</b>		
Taxa de desconto (nominal)	12,85%	11,48%
Retorno esperado dos ativos do plano	12,85%	11,48%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	5,53%	5,53%
Inflação Projetada	5,00%	5,00%
Idade média prevista na aposentadoria	48 F / 53 M	48 F / 53 M
<b>Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano</b>		
Data efetiva	31 dez 15	31 dez 14
Número total de participantes	1.335	1.425
<b>Período de amortização</b>		
Média esperada de vida de trabalho restante	15,40	15,74
<b>Informação Adicional</b>		
Ganho / (Perda) atuarial total	371	(508)
<i>Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas financeiras</i>	345	(27)
<i>Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência</i>	26	(481)
<b>Outras premissas atuariais materiais (Descrição):</b>		
<i>Rotatividade anual projetada dos empregados</i>	12,78%	10,29%
<i>Tábua de Mortalidade</i>	AT-2000	AT-2000
<i>Tábua Entrada em Invalidez</i>	Álvaro Vindas - 50%	Álvaro Vindas -50%
<b>Projeção do fluxo de caixa</b>		
Pagamentos de benefícios esperados	1.369	1.332
Contribuições esperadas do empregador	1.369	1.332
<b>Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado</b>		
Obrigação de Benefício Definido no início do ano	2.932	2.735
Custo do serviço corrente (parte patronal)	113	98
Custo dos juros	260	247
Benefícios pagos	(302)	(656)
(Ganho) / perda atuarial	(371)	508
<i>6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas</i>	(345)	27
<i>6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência</i>	(26)	481
Obrigação de Benefício Definido no final do ano	2.632	2.932

## 21. Provisões para riscos

	Controladora e Consolidado				31/12/2015
	31/12/2014	Adição	Baixa	Atualização	
Trabalhista	2.611	1.064	(2.384)	-	<b>1.291</b>
Tributária	18	123	-	145	<b>286</b>
Cível	7.129	-	-	485	<b>7.614</b>
Outras	<u>2.254</u>	-	-	-	<b>2.254</b>
	12.012	1.187	(2.384)	630	<b>11.445</b>
Depósitos judiciais	(2.556)	(1.112)	1.257	(1)	<b>(2.412)</b>

A Companhia e sua controlada são parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso Balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas junto aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 9.262 (R\$ 9.254 em 31 de dezembro de 2014), referentes a causas de natureza cível, tributária e trabalhista que não estão provisionados.

Do montante de riscos destacamos os principais processos:

a) Trabalhista

Refere-se à revisão do risco de perda pelo advogado responsável pelas reclamações trabalhistas da Companhia cujo objeto refere-se a intervalo intrajornada, adicional de insalubridade, dentre outros.

b) Cível

Refere-se basicamente a discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica. Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial é discutir o reajuste dos valores contratados. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado da lide é de R\$ 14.971 dos quais, segundo a avaliação da Administração da Companhia, R\$ 7.614 é de provável perda e R\$ 7.357 de possível perda (R\$ 7.129 provável perda e R\$ 7.842 a possível perda em 31 de dezembro de 2014).

## 21. Provisões para riscos -- Continuação

### c) Outras

Ação rescisória nº 2306, ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados de forma irrazoável no valor de R\$ 2.254, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 – 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH) onde se buscava originariamente o reconhecimento de crédito de ICMS, não sendo a Companhia devedora do Estado de qualquer valor referente ao tributo.

## 22. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 145.307 ações sendo 144.198 ações ordinárias e 1.109 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 73.289 em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014. As ações preferenciais não tem direito a voto, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital em caso de amortização de ações e na liquidação da Companhia, bem como terão dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

### b) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data da transição e as reavaliações de bens do ativo imobilizado em 2006, da controladora e controlada, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da realização dos ativos a que se referem.

### c) Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social.

## 23. Receita líquida

Seguem abaixo abertura da receita operacional bruta e conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Vendas de produtos	<b>226.114</b>	246.381	<b>226.118</b>	250.885
Impostos sobre vendas	<b>(37.141)</b>	(42.180)	<b>(37.141)</b>	(42.344)
Subvenções governamentais-ICMS	<b>7.115</b>	8.243	<b>7.115</b>	8.243
Devoluções e abatimentos	<b>(9.789)</b>	(13.370)	<b>(9.789)</b>	(13.370)
Ajuste a valor presente clientes	<b>(8.894)</b>	(9.540)	<b>(8.894)</b>	(9.540)
Receita líquida	<b>177.405</b>	189.534	<b>177.409</b>	193.874

## 24. Custos e despesas operacionais

### Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		<b>Reclassificado</b>		<b>Reclassificado</b>
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada	<b>(49.695)</b>	(39.938)	<b>(49.695)</b>	(39.938)
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	<b>(96.995)</b>	(106.406)	<b>(96.995)</b>	(110.533)
Comissões sobre venda	<b>(5.282)</b>	(7.687)	<b>(5.282)</b>	(7.687)
Fretes de vendas	<b>(3.685)</b>	(3.745)	<b>(3.685)</b>	(3.745)
Depreciações e amortizações	<b>(7.816)</b>	(7.636)	<b>(7.816)</b>	(7.642)
Custo da revenda de algodão	<b>(4.302)</b>	-	<b>(4.302)</b>	-
Outros	<b>(12.268)</b>	(15.021)	<b>(12.331)</b>	(15.112)
Total das despesas	<b>(180.043)</b>	(180.433)	<b>(180.106)</b>	(184.657)

### Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Operações continuadas				
Custo dos produtos vendidos	<b>(143.147)</b>	(143.719)	<b>(143.147)</b>	(147.846)
Despesas com vendas	<b>(25.202)</b>	(24.160)	<b>(25.202)</b>	(24.160)
Despesas administrativas	<b>(11.694)</b>	(12.554)	<b>(11.757)</b>	(12.651)
Total das despesas	<b>(180.043)</b>	(180.433)	<b>(180.106)</b>	(184.657)

## 25. Outras receitas / (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014 Reclassificado	31/12/2015	31/12/2014 Reclassificado
<b>Outras receitas</b>				
Crédito de Pis e Cofins s/estorno receita ajuste AVP	-	660	-	660
Crédito de Pis e Cofins s/material de uso ou consumo	578	954	578	954
Alienação de ativos não operacionais	-	2.500	-	2.500
Reversão provisão previdenciária	79	751	79	751
Cessão de crédito de energia	1.751	2.344	1.751	2.344
Crédito extemporâneo de ICMS	1.164	-	1.164	-
Aluguel	309	256	309	256
Reversão provisão de risco em ações trabalhistas	-	277	-	277
Ressarcimento ref. a recursos trabalhistas	103	28	103	28
Reembolso previdência privada s/rescisão	31	-	31	-
Outras receitas	96	231	96	231
	<b>4.111</b>	<b>8.001</b>	<b>4.111</b>	<b>8.001</b>
<b>Outras despesas</b>				
Provisão de risco em ações trabalhistas	(1.064)	(1.484)	(1.064)	(1.484)
Provisão participação empregados nos lucros	(394)	(1.350)	(394)	(1.350)
Provisão participação administradores nos lucros	(27)	(483)	(27)	(483)
Pis e Cofins s/ cessão de crédito de energia	(531)	(489)	(531)	(489)
Pis e Cofins s/ receitas financeiras	(42)	-	(42)	-
Pis e Cofins s/ outras receitas	(89)	(32)	(89)	(32)
Pis/Cofins/Cide s/remessas externas	(294)	-	(294)	-
Provisão para prêmio aposentadoria	(452)	(362)	(452)	(362)
Contribuição Fundo Algominas	(101)	(124)	(101)	(124)
Provisão para perda de estoque	(1.168)	(779)	(1.168)	(779)
ICMS s/ outras saídas	(126)	(78)	(126)	(78)
Multa CLT	-	(181)	-	(181)
Provisão de risco em ações tributárias	(123)	-	(123)	-
Provisão para perda de ativo - Terreno (Domínio)	-	-	-	(442)
Outras despesas	(206)	(326)	(335)	(185)
	<b>(4.617)</b>	<b>(5.688)</b>	<b>(4.746)</b>	<b>(5.989)</b>
Total Outras receitas/(despesas)	<b>(506)</b>	<b>2.313</b>	<b>(635)</b>	<b>2.012</b>

## 26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras				
Juros com aplicações financeiras	2.753	2.316	3.592	3.047
Ganhos com variações cambiais	15.289	8.583	15.289	8.583
Reversão do ajuste a valor presente clientes	8.617	9.818	8.617	9.818
Outras receitas financeiras	1.717	3.148	2.363	3.342
	<b>28.376</b>	23.865	<b>29.861</b>	24.790
Despesas financeiras				
Juros com empréstimos e financiamentos	(6.995)	(5.790)	(6.995)	(5.790)
Perdas com variações cambiais	(24.135)	(11.705)	(24.135)	(11.705)
Reversão do ajuste a valor presente fornecedores	(1.225)	(2.089)	(1.225)	(2.089)
Outras despesas financeiras	(1.419)	(1.964)	(1.420)	(1.965)
	<b>(33.774)</b>	(21.548)	<b>(33.775)</b>	(21.549)
Resultado financeiro líquido	<b>(5.398)</b>	2.317	<b>(3.914)</b>	3.241

## 27. Instrumentos financeiros

	Instrumentos financeiros classificados por categoria					
	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
<b>Ativo</b>	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalente caixa	25.017	-	25.017	28.130	-	28.130
Títulos e valores mobiliários	7.261	-	7.261	10.792	-	10.792
Contas a receber e outros recebíveis	-	42.678	42.678	-	39.316	39.316
Depósitos judiciais	-	2.412	2.412	-	2.556	2.556
	<b>32.278</b>	<b>45.090</b>	<b>77.368</b>	<b>38.922</b>	<b>41.872</b>	<b>80.794</b>
<b>Passivo</b>	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos	-	78.821	78.821	-	82.313	82.313
Fornecedores	-	4.793	4.793	-	4.484	4.484
	-	<b>83.614</b>	<b>83.614</b>	-	<b>86.797</b>	<b>86.797</b>

**27. Instrumentos financeiros--Continuação**

	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
<b>Ativo</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalente caixa	30.052	-	30.052	35.014	-	35.014
Títulos e valores mobiliários	7.261	-	7.261	10.792	-	10.792
Contas a receber e outros recebíveis	-	43.295	43.295	-	40.698	40.698
Depósitos judiciais	-	2.412	2.412	-	2.556	2.556
	<b>37.313</b>	<b>45.707</b>	<b>83.020</b>	<b>45.806</b>	<b>43.254</b>	<b>89.060</b>
<b>Passivo</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</b>	<b>Total</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos	-	78.821	78.821	-	82.313	82.313
Fornecedores	-	4.814	4.814	-	4.484	4.484
	<b>-</b>	<b>83.635</b>	<b>83.635</b>	<b>-</b>	<b>86.797</b>	<b>86.797</b>

## 27. Instrumentos financeiros--Continuação

Não houve reclassificações entre categorias dos instrumentos financeiros durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

### a) Exposição a riscos cambiais

Existem valores a receber e a pagar denominados em dólares norte-americanos e euros, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais estão abaixo discriminados e não temos diferenças entre os valores justos e os contábeis.

Contas a receber – a Companhia possui saldo de contas a receber em moeda estrangeira referente às vendas aos países em que atua. Em 31 de dezembro de 2015 monta R\$7.638, equivalente a 571 mil euros e 1.335 mil dólares norte-americanos (R\$7.073 em 31 de dezembro de 2014, equivalente a 736 mil euros e 1.769 mil dólares norte-americanos).

Empréstimos e financiamentos – conforme demonstrado na nota explicativa nº 17, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$ 39.888 em 31 de dezembro de 2015, equivalente a 84 mil euros e 10.123 mil dólares-americanos (R\$38.256 em dezembro de 2014, equivalente a 788 mil euros e 13.445 mil dólares-americanos). Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não comprou dólares no mercado futuro.

### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros flutuantes substancialmente atrelados às variações do CDI nas aplicações financeiras contratadas em reais e dos juros sobre empréstimos em moeda estrangeira expostos às variações das taxas Libor e Euribor.

### c) Concentração de risco de crédito

A Companhia e sua controlada estão expostas a possíveis perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada definiram em sua política de gestão de riscos parâmetros para análise das situações financeiras e patrimonial de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a qual opera, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo de bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.



## 27. Instrumentos financeiros--Continuação

### d) Instrumentos financeiros

A contratação de instrumento financeiro tem o objetivo de proteção das operações comerciais no mercado externo, assegurando o percentual máximo de 90% (noventa por cento) para a cobertura do limite de crédito aprovado e 90% (noventa por cento) para riscos políticos de certos países importadores de produtos da Companhia.

### Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de “commodities”, taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

#### i) *Seleção de riscos*

A Companhia selecionou dois riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: (1) a taxa de câmbio dólar norte-americano-real; (2) a taxa do CDI.

#### ii) *Seleção dos cenários*

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia incluiu na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, um possível e um remoto, que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar norte-americano contra o real podem ser compensados ou ampliados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia. O cenário provável considera altas de 10% da cotação do dólar norte-americano-real / Euro-real.

Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, respectivamente, da cotação do dólar norte-americano-real e Euro-real em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2015.

## 27. Instrumentos financeiros--Continuação

### d) Instrumentos financeiros--Continuação

#### ii) *Seleção dos cenários*--Continuação

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,23% a.a., dólar a 3,9048 e euro 4,2504) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição em R\$ mil	Risco	Controladora		
			Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio</b>					
Contas a receber mercado externo	2.425	Alta Euro	2.668	3.031	3.638
Contas a receber mercado externo	5.213	Alta Dólar	5.734	6.516	7.820
Empréstimos e financiamentos	(358)	Alta Euro	(394)	(448)	(537)
Empréstimos e financiamentos	(39.530)	Alta Dólar	(43.483)	(49.412)	(59.296)
<b>Subtotal</b>	<b>(32.250)</b>		<b>(35.475)</b>	<b>(40.313)</b>	<b>(48.375)</b>
<b>Instrumentos financeiros expostos a Juros</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto	13.065	Alta CDI	14.372	16.331	19.598
Empréstimos e financiamentos	(38.933)	Alta CDI	(42.827)	(48.666)	(58.400)
<b>Subtotal</b>	<b>(25.868)</b>		<b>(28.455)</b>	<b>(32.335)</b>	<b>(38.802)</b>
<b>Total</b>	<b>(58.118)</b>		<b>(63.930)</b>	<b>(72.648)</b>	<b>(87.177)</b>
<b>Efeito no resultado</b>			<b>(5.812)</b>	<b>(14.530)</b>	<b>(29.059)</b>

Instrumentos	Exposição em R\$ mil	Risco	Consolidado		
			Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio</b>					
Contas a receber mercado externo	2.425	Alta Euro	2.668	3.031	3.638
Contas a receber mercado externo	5.213	Alta Dólar	5.734	6.516	7.820
Empréstimos e financiamentos	(358)	Alta Euro	(394)	(448)	(537)
Empréstimos e financiamentos	(39.530)	Alta Dólar	(43.483)	(49.412)	(59.296)
<b>Subtotal</b>	<b>(32.250)</b>		<b>(35.475)</b>	<b>(40.313)</b>	<b>(48.375)</b>
<b>Instrumentos financeiros expostos a Juros</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto	18.072	Alta CDI	19.879	22.590	27.108
Empréstimos e financiamentos	(38.933)	Alta CDI	(42.826)	(48.666)	(58.400)
<b>Subtotal</b>	<b>(20.861)</b>		<b>(22.947)</b>	<b>(26.076)</b>	<b>(31.292)</b>
<b>Total</b>	<b>(53.111)</b>		<b>(58.422)</b>	<b>(66.389)</b>	<b>(79.667)</b>
<b>Efeito no resultado</b>			<b>(5.311)</b>	<b>(13.278)</b>	<b>(26.556)</b>

## 27. Instrumentos financeiros--Continuação

### d) Instrumentos financeiros--Continuação

#### ii) *Seleção dos cenários*--Continuação

#### Mensuração do valor justo

O IFRS 7 define valor justo como preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou mercado mais vantajoso para ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e públicos. Os ativos da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são os seguintes:

Mensuração a valor justo - Controladora				
	31/12/2015	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	25.017	-	25.017	-
Títulos e valores mobiliários	7.261	-	7.261	-
	<b>32.278</b>	-	<b>32.278</b>	-

Mensuração a valor justo - Controladora				
	31/12/2014	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	28.130	-	28.130	-
Títulos e valores mobiliários	10.792	-	10.792	-
	<b>38.922</b>	-	<b>38.922</b>	-

## 27. Instrumentos financeiros--Continuação

### d) Instrumentos financeiros--Continuação

#### ii) *Seleção dos cenários*--Continuação

#### Mensuração do valor justo--Continuação

Mensuração a valor justo - Consolidado				
	31/12/2015	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	30.052	-	30.052	-
Títulos e valores mobiliários	7.261	-	7.261	-
	<b>37.313</b>	-	<b>37.313</b>	-

Mensuração a valor justo - Consolidado				
	31/12/2014	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	35.014	-	35.014	-
Títulos e valores mobiliários	10.792	-	10.792	-
	<b>45.806</b>	-	<b>45.806</b>	-

O Valor justo dos ativos e passivos financeiros são similares ao valor contábil.

### e) Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais, considerando os requerimentos legais e estatutários.

## 28. Lucro líquido (prejuízo) por ação

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme o quadro abaixo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação e também não existem situações que possam provocar diluição.

Em milhares de reais	31/12/2015			31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Resultado do exercício	(5.162)	(40)	(5.202)	11.429	97	11.526
Resultado atribuível aos acionistas	(5.162)	(40)	(5.202)	11.429	97	11.526
Número efetivo de ações	144.198	1.109	145.307	144.198	1.109	145.307
Resultado por ação básico e diluído - R\$	(35,80)	(35,80)	(35,80)	79,26	87,19	79,32

## 29. Operações descontinuadas

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 constituiu participação de 51% da empresa Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria.

As principais classes de ativos e passivos a serem descontinuados são:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2	2
Contas a receber de clientes	7	7
Outros ativos	-	-
Estoque	-	-
	<b>9</b>	<b>9</b>
Não circulante		
Imobilizado	3	9
Intangível	-	-
	<b>3</b>	<b>9</b>
Total do ativo	<b>12</b>	<b>18</b>

## 29. Operações descontinuadas--Continuação

	31/12/2015	31/12/2014
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar (a)	508	470
	<b>508</b>	470
Não circulante		
Outros passivos (a)	1.839	1.611
	<b>1.839</b>	1.611
Patrimônio líquido		
Capital social	10	10
Prejuízos acumulados	(2.345)	(2.073)
	<b>(2.335)</b>	(2.063)
Total do passivo	<b>12</b>	18

(a) Nestes montantes existem saldos devidos a Companhia que foram eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, sendo apresentado o saldo de R\$985 como passivos de operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.037 em 31 de dezembro de 2014).

O resultado do exercício da Caporena Comércio de Camisas Ltda. é apresentado a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Demonstração de resultado		
Receita Líquida	-	-
Custo de produtos	-	-
Lucro Bruto	-	-
Despesas Comerciais, gerais e administrativas	(7)	(9)
Resultado Financeiro	(265)	(186)
Outras despesas operacionais	-	(1)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(272)	(196)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo do exercício da operação descontinuada	<b>(272)</b>	(196)

Os fluxos de caixas líquidos incorridos pela Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de Caixa líquidos das operações descontinuadas		
Provenientes das operações	-	(4)
Utilizados nas atividades de investimento	-	-
Utilizados nas atividades de financiamento	-	-
	<b>-</b>	(4)

## 30. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e conseqüentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguros contratadas junto a terceiros:

<b>Ramos</b>	<b>Importâncias seguradas</b>
Incêndio de bens do imobilizado e avarias nos estoques	209.703
Veículos	4.992
Responsabilidade civil diretoria D&O	23.500
Responsabilidade civil	15.000
Fiança Locatícia	785

# Resultados de 2015

---



## **Conselho de Administração:**

José Inácio Peixoto Neto  
Presidente  
Glaydson Ferreira Cardoso  
Vice-Presidente  
Herbert Steinberg  
Conselheiro  
Jorge Nagib Amary Junior  
Conselheiro  
Vicente Moliterno Neto  
Conselheiro

## **Conselho fiscal:**

Enio de Melo Coradi  
Conselheiro  
Flávio Stamm  
Conselheiro  
Igor Fonseca Santos Teixeira  
Conselheiro  
Luiz Alberto de Castro Falleiros  
Conselheiro  
Paulo Henrique Laranjeira da Silva  
Conselheiro

## **Diretoria:**

Paulo Antonio Valente  
Diretor Presidente e de Relações com Investidores  
Renato Hojda  
Diretor Comercial

## **Responsável técnico:**

Celso Romario de Oliveira  
Contador  
CRC-MG 065048



## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Companhia Industrial Cataguases**  
Cataguases - MG

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia Industrial Cataguases, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Industrial Cataguases em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 26 de fevereiro de 2016.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S  
CRC-2SP015199/F-6

Flávio de Aquino Machado  
Contador CRC-1MG065899/O-2

## **Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da Companhia Industrial Cataguases, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no art.163, da Lei n. 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e a Proposta de Absorção do Prejuízo do Exercício, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base nos documentos examinados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração, considerando os fatos registrados nas atas de reuniões deste Conselho Fiscal e no Relatório dos Auditores Independentes (Ernst & Young Auditores Independentes S/S.) sobre as demonstrações contábeis, emitido sem ressalvas em 26 de fevereiro de 2016, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 02 de março de 2016.

Enio de Melo Coradi

Flavio Stamm

Igor Fonseca Santos Teixeira

Paulo Henrique Laranjeira da Silva

Luiz Alberto de Castro Falleiros

## Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Relativo ao exercício social de 2015

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2016, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 17 de fevereiro de 2016.

Paulo Antonio Valente  
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Renato Hojda  
Diretor Comercial

## **Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Relativo ao exercício social de 2015

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 25 de fevereiro de 2016.

Paulo Antonio Valente  
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Renato Hojda  
Diretor Comercial